

Brasil deve fazer um novo acordo com FMI

ROBERTO PENTEADO

O chefe do Departamento do Atlântico Sul do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, chega a Brasília nesta segunda-feira, no momento em que o Governo estuda a oportunidade de cancelar o acordo stand by firmado em julho do ano passado com validade até 1990 e fazer nova carta de intenção, nove meses depois da primeira.

Entre 1981 e 1983, o Brasil encaminhou sete cartas de intenções ao FMI e nunca conseguiu cumprir nenhuma das metas estabelecidas, apesar de a economia ter passado por uma recessão em 1982. No acordo assinado em julho, o FMI decidiu fixar metas trimestrais. O resultado foi que já em setembro o Brasil havia deixado de cumprir o que prometera e desde então, o Fundo não fez mais nenhum desembolso.

O acordo stand by do Brasil previa um financiamento de 1.436 milhões de dólares, sendo 510 milhões em 1988, 800 milhões em 1989 e 226 milhões de dólares em 1990. Destes recursos, o País só recebeu a primeira parcela, de 470 milhões, em agosto. Deveria receber 40 milhões de dólares em novembro mas desde setembro o FMI e o Brasil estão tecnicamente em desacordo.

As principais metas acertadas em julho do ano passado com o FMI foram: crédito interno líquido limitado a NCz\$ 313 milhões até setembro; superávit de 5,4 bilhões de dólares no balanço de pagamento; déficit

nominal do setor público de NCz\$ 30 bilhões em 1988; reservas internacionais de 2.430 milhões de dólares em dezembro; e um déficit operacional de 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1988 e de 2 por cento do PIB em 1989.

DIFICULDADES

A inflação galopante do segundo semestre do ano passado se encarregou de colocar o Brasil em default com o Fundo. A meta do déficit nominal do setor público não foi cumprida, tendo este ultrapassado NCz\$ 45,1 bilhões. As metas que se relacionavam ao balanço de pagamentos, no entanto, foram cumpridas. As reservas internacionais líquidas atingiram a 4.388 milhões em dezembro; o crédito interno líquido — a diferença entre o saldo do papel-moeda em poder do público e as reservas internacionais — terminou o ano com um saldo negativo de NCz\$ 266 milhões, o déficit operacional (sem contar juros e correção monetária e cambial) de 3,96 por cento do PIB também ficou dentro dos limites.

O segundo problema é a discussão das metas para esse ano. Pelo programa anterior, o País se comprometera a cortar pela metade o déficit operacional, trazendo-o para 2 por cento do PIB. Tanto o Plano Verão, que obriga o Governo a manter uma política monetária restritiva, com os juros reais muito elevados para evitar a explosão do consumo, como o novo orçamento votado pelo Congresso Nacional tornam es-

ta meta inatingível.

O Governo está argumentando junto à missão do Fundo que se a entidade apóia o Plano de Estabilização Econômica isto implica em acertar também a atual política monetária, que freia o consumo mas também representa um enorme custo para o setor público, que é o maior devedor da economia. Esta foi a mesma argumentação apresentada para justificar o não-cumprimento da meta do déficit nominal no ano passado — o crescimento do déficit em função da inflação — só que, desta vez o déficit cresce, segundo o Governo para que o plano antinflacionário dê certo.

Se os técnicos que estão em Brasília concordarem com a argumentação do Governo e decidirem conceder um waiver (perdão) em função da ultrapassagem das metas de redução do déficit público nesse ano, com Plano Verão e tudo, novo acordo não será necessário. Em caso contrário, o País será mesmo obrigado a apresentar um novo programa econômico, através de carta de intenção, pois não pode ficar sem a supervisão, a auditoria e o aval do Fundo à sua política econômica, nesse processo de renegociação de sua dívida externa.

O acordo com o FMI seria a primeira etapa que abriria ao País o acesso a outros programas de apoio e investimentos, como o Fundo Nakasone, o Clube de Paris e o próprio Plano Brady para a redução da dívida do Terceiro Mundo.